

HABEAS CORPUS Nº 548.721 - MG (2019/0357303-7)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONRADO DE CARVALHO ARAUJO - MG110527
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JHONATAN HENRIQUE DE ALMEIDA SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar, deduzido em sede de **habeas corpus**, impetrado em favor de **JHONATAN HENRIQUE DE ALMEIDA SANTOS** contra o v. acórdão prolatado pelo **eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado às penas de 06 (seis) anos de reclusão, em regime fechado, e 600 (seiscentos) dias-multa, como incurso nas sanções do art. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação ao Tribunal de origem, que negou provimento ao apelo, nos termos do acórdão juntado às fls. 243-254, com a seguinte ementa:

"APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. PENA-BASE. EXASPERAÇÃO. POSSIBILIDADE. GRANDE QUANTIDADE DE DROGA. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO ARTIGO 33, §4º, DA LEI 11.343/06. DESCABIMENTO. DEDICAÇÃO HABITUAL A ATIVIDADES CRIMINOSAS DEMONSTRADA. REGIME FECHADO. MANUTENÇÃO. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. INVIABILIDADE. - A apreensão de significativa quantidade de droga (1,570kg de maconha e 31,1 g de crack) autoriza, nos termos do artigo 42 da Lei nº 11.343/06, a fixação da pena-base em patamar superior ao mínimo legal. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. - O benefício contido no artigo 33, §4º, da Lei nº 11.343/06, é voltado aos réus primários, de bons antecedentes, que não se dedicam a atividades delituosas ou integram organizações criminosas, o que não é o caso do acusado, que guardava grande quantidade e variedade de entorpecentes destinados ao tráfico. - Deve ser mantido o regime

fechado para cumprimento da pena quando evidenciado que modalidades mais brandas não conseguiriam dar fim à traficância ilícita. - Fixada pena superior a quatro anos, descabida a substituição por restritivas de direitos."

No presente **writ**, o impetrante aduz que houve violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, na primeira etapa dosimetria da pena, ao argumento de que não houve fundamentação idônea a justificar a exasperação da pena-base.

Além disso, sustenta que não houve justificação adequada a ensejar a não aplicação da redutora capitulada no parágrafo 4º, do art. 33 da Lei n. 11.343/06, e afronta aos enunciados das Súmulas n. 718 e n. 719 do Supremo Tribunal Federal e Súmula n. 440 desta Corte Superior, ao argumento de que o regime inicial de cumprimento de pena foi fixado com base na gravidade abstrata do crime praticado.

Requer, ao final, a concessão da liminar, para abrandar o regime inicial de cumprimento da pena, até o julgamento deste **writ** (fls. 3-14).

É o breve relatório.

Decido.

O col. Pretório Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso pertinente. As Turmas que integram a Terceira Seção desta Corte alinharam-se a esta dicção, e, desse modo, também passaram a repudiar a utilização desmedida do **writ** substitutivo em detrimento do recurso adequado.

Portanto, não se admite mais a utilização de **habeas corpus** substitutivo quando cabível o recurso próprio, situação que implica o não conhecimento da impetração. Entretanto, no caso de flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, a jurisprudência recomenda a concessão da ordem de ofício.

Compulsando os autos, denota-se que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, não restando configurada, **de plano**, flagrante

ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Na hipótese, considerando a existência de circunstância judicial desfavorável utilizada para exasperar a pena-base do paciente, mostra-se possível a imposição do regime mais gravoso sequente, qual seja, o fechado, nos termos do art. 33, parágrafo 3º, do Código Penal.

Assim, nos limites da cognição **in limine**, ausentes os indícios para a configuração do **fumus boni iuris**, a **quaestio** deverá ser apreciada, após uma verificação mais detalhada dos dados constantes dos autos.

Denego, pois, a liminar.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator